

Justiça fará propostas a Cabral

De oito a dez ministros, quatro governadores, juizes, promotores, desembargadores, advogados e os presidentes do STF e TFR deverão participar da solenidade de sexta-feira em São Paulo, quando o relator do substitutivo da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), será homenageado pela congregação das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). No discurso que fará — depois da saudação do diretor-presidente da instituição, advogado Edevaldo Alves da Silva, — Bernardo Cabral agradecerá com um pronunciamento vigoroso defendendo as teses liberais e uma Constituição voltada para a justiça social com liberdade. O deputado pretende marcar uma posição antiestatizante favorável a um regime de economia de mercado.

Bernardo Cabral virá hoje a São Paulo para as festividades no Centro

Acadêmico XI de Agosto e, juntamente com o diretor-presidente da FMU, Edevaldo Alves da Silva, almoçará com o governador Orestes Quércia e aproveitará para se encontrar com representantes do Poder Judiciário. Na sexta-feira, o relator vai receber as propostas que a área do Judiciário está preparando como subsídio para constar do texto do seu substitutivo: é uma espécie de anteprojeto da nova Constituição, contendo as reivindicações do Poder Judiciário.

A comissão encarregada de organizar a homenagem de sexta-feira confirmou ontem que oito ministros já haviam respondido que estariam presentes à homenagem ao deputado, entre os quais os três da área militar: general Leônidas Pires Gonçalves (Exército), almirante Henrique Sabóia (Marinha) e o brigadeiro

Moreira Lima (Aeronáutica). Além de ministros, quatro governadores deverão prestigiar o deputado: Amazonino Mendes (Amazonas), Moreira Franco (Rio de Janeiro), Newton Cardoso (Minas Gerais) e Orestes Quércia (São Paulo).

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, também confirmou sua participação na festa, devendo presidir parte dela. Edevaldo Alves da Silva abre os trabalhos, faz o discurso de saudação, entrega as reivindicações do Poder Judiciário e passa o restante das solenidades ao comando de Ulysses Guimarães.

Ontem de manhã, houve uma reunião, na FMU, de professores, juizes e desembargadores, tendo como convidados especiais o desembargador Odyr Porto, presidente da Associação Paulista de Magistrados, e o

juiz João Gomes Martins Filho, presidente nacional da Associação de Magistrados Federais, com o objetivo de reunir subsídios da área do Poder Judiciário, a serem entregues ao relator no dia da homenagem. Ao todo, entre juizes e desembargadores, participaram do encontro de ontem 26 representantes do Judiciário. Ficou decidido também que amanhã, a partir das 9 horas, haverá outra reunião para elaborar o documento final. Edevaldo Alves da Silva nomeou uma comissão para redigir o anteprojeto que será encaminhado a Cabral, constituída dos desembargadores Odyr Porto e Luiz Tampara, dos juizes federais Márcio de Novaes e João Gomes Martins Filho, do procurador-geral da República, Célio Benevides de Carvalho, e dos professores de Direito Jamil Mattar e Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ex-vice-governador de São Paulo.



São Paulo exige representação maior

O governador Orestes Quércia e o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, reúnem-se hoje, no Palácio dos Bandeirantes, para discutir as propostas de emendas do governo paulista ao atual projeto de Constituição. O documento, ontem ainda em fase final de redação, propõe a fixação de parâmetros para os vencimentos dos funcionários públicos e o aumento do número de deputados federais de São Paulo na Câmara, entre outros itens.

As propostas são redigidas pelos

juristas Adilson Dallari, Celso Bandeira de Mello, Eros Grau e Geraldo Ataíba, assessores da bancada federal paulista na Assembleia Constituinte. A discussão do documento, durante almoço na ala residencial do Palácio, contará com a presença dos quatro juristas.

Apesar de serem encaminhadas por São Paulo, as propostas "foram discutidas e aprovadas pelos demais governadores do PMDB", disse Quércia, que estaria "de pleno acordo" com o documento. "Concordamos com a necessidade de modifi-

cação do atual projeto que, se ficar do jeito que está, vai criar uma situação insustentável para os municípios, estados e mesmo para a União, no que diz respeito aos servidores", observou o governador paulista.

"Queremos que a paridade de vencimento seja fixada a partir das decisões do Executivo e não dos poderes do Judiciário ou do Legislativo, o que acabaria provocando problemas para o Estado honrar a folha de pagamentos", disse Quércia. A outra proposta a ser apresentada ho-

je a Bernardo Cabral refere-se ao aumento de 60 para 80 deputados federais por São Paulo na Câmara.

Quércia também pretende propor que a fixação do número da cadeiras nas câmaras municipais seja feita pelas assembleias legislativas, quando da elaboração das constituições estaduais. Quer, ainda, alterar a proposta constitucional que prevê a participação de 50% dos funcionários nas decisões das empresas públicas, reduzindo-a para apenas um representante do funcionalismo na direção de cada empresa pública.

Constituintes capixabas querem sair do PMDB

VITÓRIA
AGÊNCIA ESTADO

Três deputados federais do PMDB do Espírito Santo, Rose de Freitas, Vasco Alves e Néelson Aguiar, reuniram em Vitória mais de 500 representantes de comunidades para anunciar intenção de deixar o PMDB, antes mesmo de encerrados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo eles, o partido foi invadido por políticos com os quais não se identificam e, por isso, decidiram comunicar seus planos às bases que os elegeram.

Os três deputados, que fazem parte do Movimento da Unidade Progressista (MUP), levaram para a reunião o amazense José Carlos Sabóia e a deputada carioca Ana Maria Rattes. Sabóia declarou que o MUP é

o embrião de um novo partido e enfatizou que não restou ao grupo de parlamentares que o compõem (entre 40 e 60) outra alternativa senão criar uma nova agremiação. Néelson Aguiar, por sua vez, destacou que o MUP foi formado para que o PMDB não perdesse sua linha "histórica" de compromissos populares, mas queixou-se de que "esta luta tem sido inglória". Vasco Alves declarou que o PMDB foi invadido "por políticos que nada têm a ver com a gente" e admitiu: "Se eles saíssem, ficaríamos".

Rose de Freitas preferiu atacar os deputados capixabas Rita Camata, Nyder Barbosa e o senador João Calmon. "Eu durmo com projetos nas mãos e ela, não. Congresso não é local para desfile de modas" — atacou, referindo-se a Rita.

Ivan, o convidado no almoço de Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, não apenas participou do almoço oferecido domingo pelo deputado Ulysses Guimarães a alguns constituintes, para articular a apresentação de emendas ao substitutivo de Bernardo Cabral, como fez sugestões e concordou com propostas formuladas pelos presentes. Além do general, estiveram presentes ao almoço os deputados Paulo Macarini (PMDB-SC), Fernando Gasparian (PMDB-SP) e Cid Carvalho (PMDB-MA), além do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, e o embaixador Rache de Almeida, que vai para a Embaixada do Brasil na Iugoslávia. O deputado Euclides Scalco (PMDB-PA) e o senador Severo Gomes (PMDB-SP) chegaram depois do almoço, mas participaram das discussões.

O general Ivan de Souza Mendes concordou, por exemplo, com a proposta defendida pelo deputado Macarini, de aproveitamento dos investimentos, feitos pela União, em infraestrutura para novos assentamentos, fórmula que, segundo ele, abriria fronteiras agrícolas, industriais e urbanas, pela utilização das faixas ao longo das rodovias federais.

O general concordou também com a transformação da Previdência em instrumento de promoção social, nos termos do deputado Macarini, para quem a entidade deve assegurar o poder aquisitivo dos aposentados e garantir tratamento hospitalar ao previdenciário e seus dependentes. Macarini defende a participação da comunidade na fiscalização da prestação de benefícios e a adoção de instrumentos de defesa da Previ-

dência, tais como a tipificação da inadimplência para com a entidade como crime inafiançável. Apesar de o governo ser o maior devedor da Previdência, Macarini observou que "o exemplo deve vir de casa".

Igualmente aceita pelo ministro-chefe do SNI foi a emenda que pretende fixar na nova Carta um teto para os gastos com o funcionalismo público, de modo que possam sobrar recursos originários de impostos para investimentos em infra-estrutura. Outra emenda dispoñdo que nenhum servidor público, a qualquer título, poderá receber vencimento superior ao recebido pelo presidente da República também foi aceita.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não estranhou a presença do general Ivan de Souza Mendes na reunião dos parlamentares com o presidente da Assembleia Constituinte, observando que Ulysses "tem todo o direito de escolher seus convivas". O deputado Paulo Macarini, que relatou o encontro, observou: "Na condição de reserva de terceira categoria, não posso questionar a presença de um general no almoço".

Macarini admitiu que os grupos do senador José Richa (PMDB-PA) e o suprapartidário, representado por Euclides Scalco, praticamente chegaram a um acordo sobre a forma de imissão de posse nas áreas desapropriadas pelo governo para fins de reforma agrária. Nos termos do acordo que está sendo firmado entre as duas correntes, a imissão seria imediata, mas o proprietário teria o direito de discutir na Justiça a legalidade da desapropriação que, se indevida, lhe daria direito a indenização em dinheiro.



Sant'Anna e Maciel concordam em quase tudo

Maciel e Sant'Anna atuarão em conjunto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, e o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, concordaram ontem em atuar conjuntamente para dotar o País de uma Constituição que corresponda aos anseios do povo e esteja voltada para o futuro e não para o circunstancial. Esta declaração de intenções foi feita pelos dois políticos após reunião de 40 minutos, seguida de declarações formais e cautelosas.

Otimista, Maciel admitiu que até mesmo sobre temas polêmicos poderá haver acordo, a ser incorporado pelo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), mediante entendimentos interpartidários. O senador não excluiu destes temas nem mesmo o conceito de empresa nacional, o tratamento ao capital estrangeiro, reforma agrária, organização sindical e anistia. Ele argumentou que uma Constituição não pode refletir a posição de facções, mas a medida do pensamento nacional. Por isso, frisou, os acordos setoriais podem ir-se sucedendo a partir de agora, quando existe uma evidente articulação entre constituintes de diferentes tendências neste sentido.

O líder do PFL, José Lourenço, mesmo achando difícil que se chegue a acordo sobre questões tão polêmicas, não excluiu esta possibilidade. A

seu ver, somente a duração do mandato do presidente Sarney e o sistema de governo levarão, de qualquer forma, ao confronto no plenário da Constituinte, a partir de 20 de setembro, prazo final para as tentativas de composição.

O senador Marco Maciel, por seu lado, afirmou ainda que o tempo corre no sentido de recompor a Aliança Democrática, em que pesem as naturais divergências entre os partidos que a compõem. E considerou muito positivo que o princípio de autoridade do presidente da República tenha sido preservado no episódio de substituição do ministro do Interior. Com relação à ida ao Senado e Câmara do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, para prestar depoimento sobre supostas irregularidades naquele ministério, Maciel informou que a eventualidade da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para purar a aquisição de imóveis em Brasília somente será decidida após reunião com as lideranças partidárias, a ser realizada depois de amanhã. Para Lourenço, no entanto, a CPI "já é uma posição irreversível no partido".

Lourenço ressaltou que, à margem da apuração das irregularidades via CPI, outro tema lhe parece mais importante: a desestatização da economia, "para seguir os ventos da História", com a supressão do Estado empresário, dando lugar ao Estado social, com atuação marcante nos campos da educação, saúde e habitação, preferencialmente.

Fiesp entrega hoje emendas antiestatizantes

A Mesa da Assembleia Nacional Constituinte receberá hoje três emendas populares, com mais de um milhão de assinaturas, contra a estabilidade no emprego e pela manutenção do Sesi, Senai, Sesc e Senac na iniciativa privada. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, entregará pessoalmente as três emendas e as assinaturas ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em cerimônia às 17 horas, no gabinete do deputado no Congresso. A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) entregará quarta-feira outra emenda popular mantendo a semana de trabalho em 48 horas.

A maior parte das assinaturas para as quatro emendas foram recolhidas junto aos usuários dos serviços dos sistemas Sesi/Senai e Sesc/Senac. São 970 mil assinaturas para as duas emendas dos sistemas e 70 mil na que propõe a revogação do artigo do anteprojeto de Constituição do relator Bernardo Cabral que institui a estabilidade depois de três meses de emprego. A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) recolheu em nome da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) as assinaturas para a quarta emenda popular, a que mantém as 48 horas na semana de trabalho.

SESI-SENAC

Foi o anteprojeto de Bernardo Cabral instituindo a estabilidade e a semana de 40 horas semanais que mobilizou os grandes empresários nacionais a organizarem a mobilização popular. Mas foi a possibilidade de o Sesc e o Senac acabarem que mais sensibilizou a sociedade civil, tornando possível a festa de hoje, com um milhão de assinaturas.

O Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) são mantidos pelas indústrias privadas para a formação de mão-de-obra e assistência aos operários. O Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial têm a mesma função no setor de serviços.

Sugestão dos quatro anos vai a exame

AGÊNCIA ESTADO

Mesmo com a ausência de seu relator, deputado Bernardo Cabral, que hoje estará em São Paulo, a Comissão de Sistematização deverá realizar reunião às 9h30, para exame e votação do projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que prevê eleições diretas para presidente da República a 15 de novembro do ano que vem. Segundo adiantou na semana passada, o parecer de Cabral será favorável à preliminar de que o projeto de Arnaldo Faria de Sá preenche os requisitos regimentais, uma vez que a polêmica em torno da duração do mandato do presidente Sarney está influenciando muito nos trabalhos da Constituinte. Com relação ao mérito, Cabral também já adiantou ser contrário.

Para Cabral, o mandato de Sarney é o que está na Constituição em vigor, ou seja, seis anos. O fato de o próprio presidente ter aberto mão de um ano, a seu ver, é "um gesto político de alta relevância". No entender do relator, quem deve decidir, como medida final e definitiva, a duração do mandato de Sarney e dos seus assessores é o plenário da Constituinte, e não um projeto de decisão, "que procura antecipar a decisão soberana da Constituinte".

FRUSTRAÇÃO

Em Campinas, apenas cerca de três mil pessoas participaram ontem à noite do comício pelas diretas já, organizado pelo PT, PDT, PCB, PSB e PC do B. Apesar da presença de Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT, e de Jair Meneguelli, presidente da CUT, os organizadores da manifestação mostraram-se frustrados com a repercussão do evento — eles esperavam que pelo menos seis mil pessoas estivessem no largo do Rosário. As pessoas, que começaram a chegar à praça por volta das 18 horas, ficaram irritadas com a demora das "estrelas" anunciadas pelo PT — Meneguelli chegou às 20h30 e Lula, meia hora depois. E manifestaram toda sua irritação, valendo Adhemar de Barros Filho: "O povo não esquece, Adhemar é PDS".

Centro Liberal espera adesão de mais de 300

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O bloco do Centro Liberal, organizado para resistir ao agrupamento das esquerdas na Assembleia Constituinte, poderá reunir mais de 300 constituintes, de quase todos os partidos. A previsão foi feita ontem pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, um dos articuladores do movimento centrista, também chamado de antiestatizante ou Unidade Democrática.

O líder do PFL considerou "um absurdo" a hipótese de as esquerdas somarem quase 200 constituintes. "Não acredito mesmo" — comentou. Algumas previsões apontam o bloco da esquerda com pelo menos 180 constituintes, número considerado exagerado pelo deputado José Lourenço.

As lideranças do PFL e do PDS acham que será possível reunir no Centro Liberal no mínimo 350 dos 559 constituintes.

Os maiores contingentes seriam

do PFL e do PMDB — 120 de cada bancada. Dos 37 pedessistas da Constituinte, os coordenadores esperam a adesão de 34, pelo menos. Ficariam de fora, seguramente, as deputadas Wilma Mala (RN) e Miriam Portella (PI). O PTB entraria com 18 representantes, o PL com seis, o PDC com seis e o PMDB com um só parlamentar, o senador Antonio Farias (PE) — ex-vice-presidente nacional do PDS, eleito em coligação com o PMDB de Pernambuco.

Para o líder do PFL, antes mesmo da promulgação da nova Constituição, os vários blocos que estão se formando na Assembleia Constituinte deverão acabar, fortalecendo-se os partidos. A sua dúvida é a divisão interna do PMDB. Lourenço admite que haverá cisões definitivas do PMDB, mas não tem segurança se haverá êxito na criação de novos partidos ou adesões a partidos já existentes.

"Pode ser que as esquerdas do PMDB queiram reforçar o PDT de Brizola" — observou Lourenço.